

FIDALGO, Fernando. **A Formação Profissional Negociada: França e Brasil, anos 90**. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Educação da PUC/SP, 1999. (Tese de Doutorado)

ORIENTADOR: PROF. DR. CELSO J. FERRETTI

As atuais mudanças macrossociais (mundialização do capital, inovações científico-tecnológicas e reestruturação da produção) têm produzido alterações no modo de regulação das políticas de formação profissional levando ao aprofundamento das distorções distributivas, ao transferir para o interior dos sistemas formativos e pela mediação do paritarismo, a atual lógica da concorrência intercapitalista. Este processo em curso em duas realidades nacionais distintas - França e Brasil - constituiu o objeto deste estudo. Nos três primeiros capítulos, analisou-se o caso francês a partir de três aspectos considerados centrais para a compreensão do desenvolvimento da formação profissional negociada nos últimos anos. Primeiramente, tomou-se para análise o conteúdo do debate que travaram as organizações patronais, os agentes do Estado e as entidades dos trabalhadores sobre o desenvolvimento e a readequação da formação profissional. Num segundo momento, examinaram-se os rumos tomados pelos processos de negociação coletiva nos quais participaram estes interlocutores sociais. Por último, foram analisados os resultados, em números, dos processos de implementação dessa política nacional de formação profissional. Os dois últimos capítulos contemplam um estudo sobre o caso brasileiro com um duplo foco. De um lado, há a análise das proposições e das motivações dos interlocutores sociais no que diz respeito à formação profissional e às políticas implementadas com a participação destes interlocutores, no Brasil, nos anos noventa. De outro, o cotejamento das tendências observadas no caso brasileiro em relação àquelas desenvolvidas na primeira parte, ou seja, o desenvolvimentos das políticas de formação profissional na França, no mesmo período. Verificou-se que nos dois países as mudanças societárias atuais têm tornado os trabalhadores vulneráveis, e estes se vêem cada vez mais

confrontados com uma rede de complexas relações, onde as saídas coletivas têm sido desencorajadas pela imposição da necessidade de adaptação individual, não somente aos novos processos de trabalho, mas às condições gerais de gestão do trabalho. Na França e no Brasil, as dificuldades na promoção do embate conduzem o sindicalismo ao paritarismo, como forma de manter-se na cena política e de intervir, mesmo que de maneira periférica, no debate a respeito dos rumos da regulação do trabalho e da formação profissional. Entretanto, essa abertura de espaço à intervenção neste campo ocorre no mesmo momento em que também se esvaziam as referências aos sujeitos coletivos e aos interesses sociais mais amplos de projetos políticos que transcendem a luta econômica, em favor daquelas referidas ao imediatismo e à individualização das relações sociais e de trabalho. A busca pragmática do que pode ser importante para a sobrevivência no presente vem anulando as possibilidades de construção de projetos político-educacionais de longo termo, já que o futuro é visto como uma incógnita, predominando o efêmero e o transitório. Assim, o investimento na formação deve ter endereço bem definido, ser pontual, intermitente e distribuído ao longo da vida, em 'conta-gotas', de modo a reproduzir, na medida necessária a força de trabalho. Na construção do novo modo de regulação da formação profissional constata-se, portanto, o paradoxo: nem tudo deve ser mudado ou é preciso inovar para manter a homeostase do sistema.